

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 503.612 - RS (2019/0101605-9)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : RAI VIANA DOS SANTOS (PRESO)

EMENTA

EXECUÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS*. REMIÇÃO PELO ESTUDO. APENADO APROVADO NO ENEM. CONSIDERAÇÃO DO ESFORÇO PESSOAL E DO ÊXITO NA CONCLUSÃO DOS ESTUDOS, MEDIANTE A APROVAÇÃO NO EXAME. CIRCUNSTÂNCIAS INDISPENSÁVEIS À RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO.
Ordem concedida.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Rai Viana dos Santos** contra ato coator proferido pela Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que, ao prover o Agravo em Execução Ministerial n. 70077455731, restringiu a remição à gratificação prevista no § 5º do art. 126 da Lei de Execução Penal.

A defesa alega, em síntese, que a decisão viola o princípio da igualdade, pois aqueles que não frequentaram nenhuma hora-aula e lograram concluir o ensino fundamental ou médio mediante a aprovação em provas farão *jus* à remição de 50 dias, enquanto aqueles que tiverem frequência escolar ínfima, tal como se sucedeu com o paciente, não terão direito aos 50 dias de remição, recebendo apenas a remição calculada com base nessas poucas horas de frequência escolar, muito embora a aprovação tenha inegável relação com o seu esforço pessoal.

Sustenta que o Superior Tribunal de Justiça, levando em consideração essas incongruências, tem dado continuidade à interpretação extensiva que conduziu à edição de seu Verbete Sumular n. 41, admitindo, em recente decisão, a remição pelo estudo com

Superior Tribunal de Justiça

base não na estrita interpretação do art. 126 da Lei de Execução Penal, mas na ampla interpretação do dispositivo externada na Recomendação n. 44/2013.

Afirma que a mencionada recomendação deve ser lida de forma a não prejudicar o apenado, de modo que, embora constem, no inciso em apreço, os exames nacionais como parâmetro para a certificação dos ensinos fundamental e médio, estas provas não podem ser as únicas a serem levadas em consideração para fins de remição de pena. Isso porque os demais certificados de conclusão de ensino que não são baseados nas provas nacionais também possuem a mesma finalidade, qual seja, atestar que o apenado concluiu o ensino fundamental ou médio.

Pede a liminar para que seja concedida a remição pleiteada. No mérito, pede a confirmação da liminar em definitivo (fls. 3/14).

Em 10/4/2019, indeferi o pedido liminar (fls. 94/95).

Prestadas as informações (fls. 97/126), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da impetração (fls. 130/135):

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA EM RAZÃO DE APROVAÇÃO NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM. RECOMENDAÇÃO Nº 44 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. IMPOSSIBILIDADE. PACIENTE QUE SE ENCONTRA VINCULADO ÀS ATIVIDADES REGULARES DE ENSINO NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. NÃO CONHECIMENTO DO *WRIT*.

É o relatório.

A pretensão merece acolhimento.

É que, de fato, tratar o paciente que embora não tenha frequentado de forma assídua as atividades educacionais a que estava vinculado no estabelecimento prisional, mas aprovado no Exame Nacional do Ensino Médio, de forma diferenciada daqueles não vinculados a atividades no estabelecimento prisional, mas também aprovados, configura uma discriminação desarrazoada, pois desconsidera o esforço pessoal do apenado em se preparar para a conclusão dos estudos, bem como o êxito obtido com a aprovação, circunstância que, não se pode negar, está diretamente relacionada com a ressocialização

Superior Tribunal de Justiça

do apenado.

Ademais, este Superior Tribunal tem decidido que se deve dar interpretação mais ampla ao art. 126 da Lei de Execução Penal, em observância aos princípios da execução da pena (ressocialização, humanidade, proporcionalidade, personalização, isonomia) de modo a concretizar a melhor reintegração do acusado à sociedade.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DE PENA. ESTUDO. FREQUÊNCIA ESCOLAR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. RECOMENDAÇÃO N.º 44 DO CNJ. ART. 126 DA LEP. CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO NO ESTABELECIMENTO PENAL. NÃO APROVAÇÃO DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM). CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. INEXISTÊNCIA DE NOVOS FUNDAMENTOS CAPAZES DE MODIFICAR O ACÓRDÃO IMPUGNADO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A lei de Execução Penal, em seu art. 126, disciplina a hipótese de exercício de atividades de estudo, no qual o apenado frequenta, pessoalmente, curso regular de ensino fundamental, médio, profissionalizante ou superior, estabelecendo as regras a serem observadas para a incidência da remição de pena na proporção de 1 (um) dia, a cada 12 (doze) horas de frequência escolar.

2. A Recomendação n.º 44 do CNJ disciplina a hipótese de o apenado, não vinculado a estabelecimento de ensino, que, por conta própria, executa atividade intelectual e, posteriormente, realizando exame nacional de certificação, logra êxito na conclusão de ensino fundamental ou médio, estabelecendo a norma, portanto, os cálculos a serem realizados para fins de concessão da remição de pena na mencionada situação.

3. A partir da edição da Recomendação n. 44/2013, pelo Conselho Nacional de Justiça, esta Corte Superior de Justiça, atenta aos princípios que orientam a execução da pena, em especial àqueles que objetivam a melhor reintegração do apenado na sociedade, passou a dar uma interpretação mais ampla ao art. 126 da Lei de Execução Penal.

[...]

6. Agravo improvido.

(AgRg no HC 400228/RS, Ministro Jorge Mussi Quinta Turma, DJe 6/6/2019 - grifo nosso)

Em face do exposto, **concedo** a ordem impetrada para determinar que o Juízo de Direito da Vara de Execuções Criminais da comarca de Ijuí/RS retifique o cálculo de penas do paciente, de modo a incidir a remição pela conclusão do Ensino Médio, aplicando-se os consectários legais.

Comunique-se com urgência.

Superior Tribunal de Justiça

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

